


**MRS LOGÍSTICA S/A**  
**CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77**  
**NIRE nº 33.300.163.565**  
**Sociedade Anônima de Capital Aberto**  
**Registro CVM nº 01794-9**

Ata da Assembléia Geral Extraordinária da **MRS LOGÍSTICA S/A** realizada em 24 de agosto de 2004.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto de 2004, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, à Praia de Botafogo, nº 228, 12º andar, sala 1.201-E, nesta Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, reuniram-se, em Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas da MRS LOGÍSTICA S/A, representando mais de um quarto do capital social com direito de voto, conforme consta do Livro de Presença dos Acionistas. Assumindo a Presidência da Mesa, na forma do artigo 8º do Estatuto Social, o Sr. Marcus Jurandir de Araújo Tambasco, Presidente do Conselho de Administração, convidou a mim, Hudson Fernando Couto, para servir como Secretário. Dessa forma, depois de verificar a existência de quorum exigido por lei, o Sr. Presidente determinou ao Secretário que procedesse à leitura do edital de convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Mercantil nos dias 04, 05 e 06 de agosto de 2004, o que foi feito, sendo transcrito, a seguir, o seu inteiro teor: “EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - MUDANÇA DE DATA E DA ORDEM DO DIA - Ficam os acionistas da MRS LOGÍSTICA S/A informados que a Assembléia Geral Extraordinária convocada para o dia 09 de agosto de 2004, às 9:30 horas, através do edital publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Mercantil, edições de 23, 26 e 27 do mês de julho passado, deverá realizar-se no dia 24 de agosto de 2004, às 16:00 (dezesseis) horas, na sede social sita à Praia de Botafogo, nº 228, 12º andar, sala 1.201-E, nesta Cidade do Rio de Janeiro, para tomar as seguintes deliberações: 1. Aprovar o programa de distribuição de debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem preferência (quirografárias) ou subordinadas, no montante máximo de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) (Programa



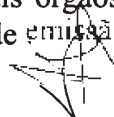
de Distribuição"). 2. Aprovar a emissão de debêntures realizada ao amparo do Programa de Distribuição, não conversíveis em ações, da espécie sem preferência (quirografária) ou, se a espécie sem preferência não for permitida pela Comissão de Valores Mobiliários, da espécie subordinada, no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) ("Emissão"). 3. Autorizar o Conselho de Administração, (i) tendo em vista sua competência por força do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76, a deliberar ou alterar, se necessário, as matérias de que trata o artigo 59 da Lei n.º 6.404/76 com relação à Emissão, observadas as disposições legais e as características de debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem preferência (quirografárias) ou subordinadas; (ii) cancelar as debêntures que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; e (iii) cancelar as debêntures que forem adquiridas pela própria Companhia, mediante declaração do Agente Fiduciário de que as debêntures a serem canceladas não são de titularidade de debenturistas outros que a Companhia. 4. Autorizar o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, a tomar todas as providências no sentido de promover o arquivamento do Programa de Distribuição e o registro da distribuição da Emissão perante a Comissão de Valores Mobiliários e demais órgãos competentes, bem como para celebrar a escritura de emissão e assinar toda e qualquer documentação relativa ao Programa de Distribuição, à distribuição e à Emissão, contratar agência(s) de classificação de risco (*rating*), instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para efetuar a colocação das debêntures, bem como contratar o agente fiduciário, banco mandatário e escriturador, fixando-lhes os respectivos honorários. 5. Confirmar e ratificar todos os atos relativos ao Programa de Distribuição e à Emissão que tenham sido praticados pela Diretoria anteriormente à data da Assembleia Geral. Observação: Os acionistas deverão apresentar os documentos e comprovantes de que trata o art. 126 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, especialmente documento de identidade e comprovante de sua condição de titular de ações escriturais expedido pelo Banco Bradesco S/A, instituição depositária. Na hipótese de acionista pessoa jurídica, deverão ser apresentados os documentos que comprovem a sua representação legal. A representação por procuração deverá obedecer rigorosamente às determinações do parágrafo 1º do supramencionado art. 126. No caso de custódia, o acionista deverá apresentar comprovante expedido pela instituição financeira depositária. Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2004. Marcus Jurandir de Araújo Tambasco - Presidente do Conselho de Administração". Encerrada a leitura e após as explicações



necessárias sobre as vantagens financeiras decorrentes da implementação do Plano de Distribuição, a Assembléia Geral aprovou, por unanimidade: 1. a realização de programa de distribuição pública de debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem preferência (quirografárias) ou subordinadas, no montante máximo de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Programa de Distribuição"), ficando postergado para os momentos das ofertas as condições específicas das respectivas emissões; 2. a emissão de debêntures pela Companhia, amparada no Programa de Distribuição, bem como sua distribuição pública no mercado interno, de acordo com as seguintes características ("Emissão"): (i) valor: R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na data de emissão das debêntures; (ii) séries: série única; (iii) número e valor nominal: 15.000 (quinze mil) debêntures, com o valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais); (iv) forma: as debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados; (v) convertibilidade: as debêntures não serão conversíveis em ações; (vi) espécie: as debêntures serão da espécie sem preferência (quirografária) ou, se a espécie sem preferência não for permitida pela Comissão de Valores Mobiliários, da espécie subordinada; (vii) data de emissão: para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 1º de setembro de 2004; (viii) prazo de vencimento: as debêntures terão prazo de vencimento de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data de emissão; (ix) colocação: as debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo certo que a distribuição será realizada ainda que não haja a colocação total das debêntures; (x) forma de subscrição e de integralização: a subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP") e do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT. O pagamento do preço de subscrição deverá ser feito à vista, no ato da subscrição e em moeda corrente nacional; (xi) preço de subscrição: as debêntures serão subscritas pelo valor nominal, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data de integralização; (xii) negociação: a emissão será registrada para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures – SND e do Sistema Bovespa Fix; (xiii) pagamento do valor nominal: o valor nominal das debêntures será pago em 1 (uma) única parcela na data de vencimento; (xiv) remuneração: sobre o valor nominal das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias



diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido conforme procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos coordenadores da Emissão por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, a qual será ratificada pelo Conselho de Administração da Companhia. A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão; (xv) repactuação: não haverá repactuação; (xvi) resgate antecipado facultativo: a partir de 1º de setembro de 2006 (inclusive) e desde que a Companhia publique aviso aos debenturistas com antecedência, a Companhia reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante o pagamento do valor nominal, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da remuneração até a data do efetivo pagamento do resgate, e de prêmio de resgate antecipado no valor de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) incidente sobre o valor nominal acrescido da remuneração, conforme mencionado acima. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis; 3. autorizar o Conselho de Administração, (i) tendo em vista sua competência por força do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76, a deliberar ou alterar, se necessário, as matérias de que trata o artigo 59 da Lei n.º 6.404/76 com relação à Emissão, observadas as disposições legais e as características de debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem preferência (quirografárias) ou subordinadas; (ii) cancelar as debêntures que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; e (iii) cancelar as debêntures que forem adquiridas pela própria Companhia, mediante declaração do Agente Fiduciário de que as debêntures a serem canceladas não são de titularidade de debenturistas outros que a Companhia; 4. em consequência das deliberações acima, autorizar o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia, conforme o caso, a tomar todas as providências no sentido de promover o arquivamento do Programa de Distribuição e o registro da distribuição da Emissão perante a Comissão de Valores Mobiliários e demais órgãos competentes, bem como para negociar e celebrar a escritura de emissão e as-



sinar toda e qualquer documentação relativa ao Programa de Distribuição, à distribuição e à Emissão, contratar agência(s) de classificação de risco (*rating*), instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para efetuar a colocação das debêntures, bem como contratar o agente fiduciário, banco mandatário e escriturador, fixando-lhes os respectivos honorários; 5. confirmar e ratificar todos os atos relativos ao Programa de Distribuição e à Emissão que tenham sido praticados pela Diretoria anteriormente a esta data. Esclareceu, ainda, o Presidente que a emissão de debêntures de que trata a presente já fora, também, previamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada nesta data. Finalmente, ficou decidido, também por unanimidade, que a ata desta Assembléia Geral Extraordinária poderá ser publicada, em extrato, com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos dos §§ 2º e 3º do artigo 130 da já referida Lei nº 6.404/76. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, achada conforme e aprovada, por unanimidade, sendo assinada por todos os presentes. Assinaturas: Marcus Jurandir de Araújo Tambasco – Presidente; Hudson Fernando Couto – Secretário; p. Companhia Siderúrgica Nacional, .Paulo Roberto Gozzi.; p. Minerações Brasileiras Reunidas S/A – MBR, .Guilherme Frederico Escalhão e Nelson Lara dos Reis; p. Usiminas – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A, .Guilherme Hallack Lanziotti.; p. Companhia Vale do Rio Doce, Maria Izabel dos Santos Vieira; Marcus Jurandir de Araújo Tambasco; Hudson Fernando Couto, por procuração de Fernando Henrique de Menezes Oliveira;

Declaro que a presente é cópia autêntica da ata lavrada no Livro de Atas de Assembléias Gerais.

  
Hudson Fernando Couto

Secretário